

Substitutivo da Câmara dos Deputados  
ao Projeto de Lei nº 1.855-B de 2020  
do Senado Federal, que "Altera a Lei  
nº 10.048, de 8 de novembro de 2000,  
e a Lei nº 10.205, de 21 de março de  
2001, para prever atendimento  
prioritário a pessoas com mobilidade  
reduzida e a doadores de sangue".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera as Leis nºs 10.048, de 8 de  
novembro de 2000, e 10.205, de 21 de  
março de 2001, para prever  
atendimento prioritário a pessoas com  
transtorno do espectro autista, a  
pessoas com mobilidade reduzida e a  
doadores de sangue e reserva de  
assento nas empresas públicas de  
transporte e nas concessionárias de  
transporte coletivo nos dois  
primeiros casos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 10.048, de 8 de  
novembro de 2000, e 10.205, de 21 de março de 2001, para prever  
atendimento prioritário em diversos estabelecimentos a pessoas  
com transtorno do espectro autista, a pessoas com mobilidade  
reduzida e a doadores de sangue, bem como prever reserva de  
assento nas empresas públicas de transporte e nas  
concessionárias de transporte coletivo nos dois primeiros  
casos.

Art. 2º A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações, numerado o parágrafo único do art. 1º como § 1º:

"Art. 1º As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

§ 1º .....

§ 2º Os doadores de sangue terão direito a atendimento prioritário, mediante apresentação de comprovante de doação, com validade de 120 (cento e vinte) dias.

§ 3º O atendimento prioritário poderá ser realizado mediante discriminação de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para esse fim.

§ 4º Caso não haja postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para realização do atendimento prioritário, as pessoas referidas no *caput* deste artigo deverão ser atendidas imediatamente após a conclusão do atendimento que estiver em andamento, antes de quaisquer outras pessoas." (NR)

"Art. 3º As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente

identificados, às pessoas idosas, às gestantes, às lactantes, às pessoas com deficiência, às pessoas com transtorno do espectro autista, às pessoas com mobilidade reduzida e às pessoas com criança de colo.”(NR)

Art. 3º O art. 15 da Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 15. ....

Parágrafo único. Para fins de incentivo à doação regular de sangue, os doadores terão direito a atendimento prioritário, nos termos da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, mediante apresentação de comprovante de doação, com validade de 120 (cento e vinte) dias.”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10 de maio de 2023.

MARCO PEREIRA

1º Vice-Presidente no exercício da Presidência